

DAS MARGENS DO RIO SÃO FRANCISCO ÀS MARGINALIDADES DO LAGO DE SOBRADINHO: DESTERRITORIALIZAÇÃO E DESENGANO

Edcarlos Mendes da Silva

RESUMO

O presente trabalho discute as novas configurações do mundo rural a partir das transformações ocorridas no entorno do Lago de Sobradinho, considerando as consequências da construção da barragem de Sobradinho e o deslocamento compulsório de boa parte da população de quatro municípios. O percurso das ideias aqui propostas iniciou na pesquisa que deu origem à dissertação de Mestrado, porém alguns pontos foram atualizados e algumas posições amadurecidas. Conclui-se avaliando as consequências da desterritorialização que apagou as referências físicas e psicológicas da população e os impactos do modelo de desenvolvimento imposto a partir de valores exógenos. No entanto, novos fatores (não ligados à desterritorialização) abrem espaço para a esperança, em particular o enorme potencial visto nos mais jovens.

Palavras-chave: Sobradinho – Ruralidade – Território – Desterritorialização.

DES MARGES DU FLEUVE SÃO FRANCISCO AUX MARGINALITÉS DU LAC DE SOBRADINHO : DÉTERRITORIALISATION ET DÉSILLUSION

RÉSUMÉ

Ce travail discute les nouvelles configurations du monde rural à partir des transformations provoquées autour du Lac de Sobradinho, considérant les conséquences de la construction du barrage de Sobradinho et le transfert obligatoire d'une bonne partie de la population de quatre municipes. L'évolution des idées proposées a commencé avec la recherche réalisée pour la dissertation de maîtrise, mais certains points ont été actualisés et certaines positions mûries. En conclusion sont évaluées les conséquences de la déterritorialisation qui a éteint les références physiques et psychologiques de la population et les impacts du modèle de développement imposé à partir de valeurs exogènes. Cependant, de nouveaux facteurs (não liés à la déterritorialisation) ouvrent l'espace pour l'espérance, en particulier l'énorme potentiel des plus jeunes.

Mots-clés : Sobradinho – Ruralité – Territoire – Déterritorialisation.

Mestre em Geografia pela UFBA, com a dissertação “Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: Ganhos e desenganos”, defendida em 2010. Professor da Rede Pública Estadual da Bahia e da Rede Pública Municipal de Remanso-BA. E-mail: edcarlosmendes@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Em setembro de 1971, a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (CHESF) deu início à construção da barragem de Sobradinho. Em fevereiro de 1977, com o represamento parcial do rio São Francisco, iniciou-se a formação do lago de Sobradinho, concluída em janeiro de 1978, e no ano seguinte, entrou em funcionamento a sua usina geradora de energia.

O lago cobriu uma área de 4.214 km¹, com a expropriação de milhares de imóveis rurais e urbanos. No processo, foram transferidas mais de 72 mil pessoas. Para tanto, houve a reconstrução pela CHESF de quatro cidades sedes dos municípios de Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado, assim como redistribuição de terras em compensação por parte dos imóveis rurais submersos. (Pereira, 1987, p.11)².

Estes quatro municípios se situam nas regiões denominadas Médio e Sub-Médio São Francisco (a primeira de Pirapora a Pilão Arcado e a segunda de Remanso a Paulo Afonso). A altimetria varia de 200 a 800 metros, onde se destacam os vales muito abertos, desnudando formas abauladas esculpidas em rochas de alto metamorfismo. A precipitação média anual é de 350 mm, com registros máximos de 800 mm. A temperatura média anual é de 27° C, com evaporação de 3.000 mm anuais, caracterizando o clima tipicamente semiárido.

A paisagem da região é pintada a partir do contraste do rio, com sua carga simbólica, sua vida em movimento, sua riqueza insondável, e a caatinga, vida usualmente adormecida,

com o verde despertar sazonal que traz a esperança de dias melhores, reanima e ilude.

Este cenário natural produz uma fauna rude, como seu meio, mas apresenta sua riqueza peculiar. Poucas gerações atrás, encontravam-se onças e símios variados, capivaras, veados e pássaros exóticos nos recônditos do Vale, animais que eram familiares aos moradores daquelas comunidades, ao ponto de constituírem a sua caça e captura atividades econômicas e moeda de troca, sendo a maioria destinada à alimentação doméstica. Desta combinação de elementos surgiu um tipo humano peculiar, que soube integrar-se às condições naturais, e desenvolver um modo de vida sustentável e equilibrado.

A região do Vale do Rio São Francisco foi ocupada a partir do Séc. XVI, seguindo as trilhas da pecuária, pelo esforço dos desbravadores que semeavam currais ao longo do curso dos rios. Naquelas margens germinaram cidades, formando a cultura posteriormente chamada civilização do gado. Deste modo, constituiu-se a primeira atividade econômica predominante – a pecuária – com pouca demanda de mão-de-obra, o que delineou o perfil do homem da região e sua relação com os recursos naturais. O nativo daquelas paragens fez-se solitário, condicionado a percorrer os ermos da caatinga, sem grandes interações humanas ou econômicas, inclusive com baixo consumo de itens manufaturados, utilizando os produtos do gado para todos os usos que se fizessem necessários, com pouca intervenção na paisagem.

Também a pesca, durante os primeiros séculos da presença branca, outra atividade co-

1 A CHESF também implantou 25 núcleos rurais e sedes distritais, com estradas, energia elétrica e saneamento; neles construiu escolas, igrejas e boa parte das residências (nota da organizadora da revista).

num na margem do rio, estabeleceu relação de dependência entre rio e homem, na sua singularidade artesanal de prover subsistência; limitava-se quantitativamente e não oferecia risco ao equilíbrio do ecossistema.

A agricultura, presente desde os primórdios como uma necessidade para o provimento familiar, sempre foi complementar à criação, pesca, ou à venda da mão-de-obra para terceiros. O produto das roças geralmente servia para abastecer a própria despensa, e havendo algum excedente, era trocado por outro produto com vizinhos, ou vendido na cidade para a aquisição dos poucos produtos industrializados que se faziam necessários no campo até os anos 1970, quando o consumismo não havia atingido o rural. Costumava-se comprar poucos itens na cidade: tecidos, querosene, ferramentas, medicamentos ou algum outro implemento eventualmente necessário, mas percebe-se que não havia o nível de dependência do campo em relação à cidade que hoje se observa.

1. NOVAS MARGENS, VELHAS ONDAS

A década de 1970 foi marcada por transformações universais, o que já estava no ideário do *outsider*, mas o revolvimento profundo que foi operado na região foi um processo de reconfiguração dos modos de vida, nas instâncias materiais e imateriais, que pouco deixaria incólume para as próximas gerações.

A figura de um Estado forte, impregnado do positivismo da época, interferindo na realidade do São Francisco é visível desde a concepção das barragens em 1945, no governo de Getúlio Vargas, em seguida na constituição da Comissão do Vale do São Francisco, até cul-

minar na construção da barragem de Sobradinho, onde se revela a ação direta do poder federal, subserviente aos interesses das empresas e do grande capital, distanciado e insensível ao povo cuja vida iria transformar.

Um dos pressupostos desta lógica era a ideia de que o país precisava crescer economicamente, aumentando sua produtividade, com o incremento de indústrias de base e fornecimento de matéria-prima. A urgência deste propósito ditava o tom das ações e sua incontestabilidade, no sentido em que teorizaram Milton Santos e Maria Laura Silveira:

O Estado é, portanto, compelido a adotar uma política de grande potência, favorecendo as maiores empresas, sem consideração pelas massas cada vez mais empobrecidas. Nesse período ocorre uma grande ruptura. Importantes capitais fixos são adicionados ao território, em dissociação com o meio ambiente e com a produção. (Santos e Silveira, 2001)

Deste modo, mesmo uma região mais isolada é forçada a integrar-se nos circuitos mais amplos, perdendo sua autonomia, deixando de ser regida pelas próprias demandas, mas seguindo os ditames do capital.

A crescente demanda daquele momento por energia elétrica tornava-se um problema incontornável. A ampliação da oferta de energia era urgente, e considerando o modelo em uso naquela época, a energia hidrelétrica se apresentava como opção segura, e um excelente mote para a organização de mais um megaprojeto.

A construção das usinas hidrelétricas não é, portanto, uma ação isolada, mas segue no sentido de linhas geopolíticas bem defini-

das no contexto do desenvolvimento capitalista. Não se trata apenas de uma apropriação de recursos naturais, mas a implantação de um estágio mais avançado de “civilização”. Da forma abrupta como se deu a chegada do moderno na região, não poderia haver tempo para o conhecimento mútuo, para o diálogo, para a troca. Outrossim, a chegada da mudança e seus operadores impunham um antagonismo, pois os valores do *outsider* eram diversos e não raramente opostos aos locais.

Naquele momento, apregoavam-se valores como o trabalho especializado, a supremacia do capital, a eficiência, a impessoalidade, a pressa, a burocracia. Tudo isso era visto nas atitudes e palavras das pessoas envolvidas naquele trabalho, e inundava a todos como se ideologia fosse, e como se inevitável fosse a conversão urgente de todos. Cidade nova, terra nova, só fariam sentido se impregnadas de nova mentalidade. Ao caatingueiro não restavam muitas opções de resistência, considerando o predomínio dos interesses do grande capital, sua própria limitação organizacional e desarticulação. A experiência então recente do conflito denominado Pau-de-Colher, quando uma comunidade religiosa no município de Casa Nova desafiou os poderes locais e foi dizimada “pelo governo”, ensinou a lição em relação à resistência ao poder do Estado.

No processo das mudanças, as populações ribeirinhas foram relegadas ao nível de cidadãos de segunda classe, desconsiderados em sua cidadania diante da insignificância de suas vidas, imensamente desproporcional à grandeza da obra nacional. O diálogo e o respeito foram reservados às oligarquias, que oportunizaram o processo em benefício político e latifundiário.

A desarticulação social dos camponeses da região, tomados de assalto pelo imenso aparato estatal, e a incompreensão do que estava acontecendo favoreceram os excessos, injustiças e enganos que permearam a execução do projeto.

As ingerências e falhas neste processo se evidenciaram de modo mais claro na dificuldade de desocupação da área a tempo de cumprir o cronograma, já agravada pela resistência dos camponeses em se estabelecer em regiões de caatinga, muito diferentes das áreas ribeirinhas originais, o que está explicitado nos trabalhos de Siqueira (1992) e Estrela (2004).

Neste cenário, dois processos simultâneos e excludentes revolviam o mundo simbólico e sobretudo a concretude dos modos de vida dos moradores da região: o apagamento de todas as referências físicas, psicológicas e transcendentais resultante da desterritorialização daquelas comunidades, e a forçosa construção de um novo modo de vida, em um espaço diferente e indiferente, com toda a violência simbólica que se nota neste tipo de reterritorialização.

2. ÁGUAS CORRENTES, ÁGUAS ESTANQUES E VIDAS SEDENTAS

É notável, a propósito de tudo o que já se tem dito sobre a região semiárida, que a causa maior da penúria do nordestino não são as condições naturais, mas a gestão que se faz de seus recursos. Colocando de lado por um instante a construção da barragem de Sobradinho, há milhares de pessoas na área cujas vidas não estão relacionadas ao lago de Sobradinho, e sofrem as adversidades do semiárido e limitação no acesso à água, como se não houvesse nas

imediações um dos maiores reservatórios de água do mundo. A despeito de todo o discurso, suas vidas não foram melhoradas pela mega-obra. A ficcionalidade do poder público na área causa muito mais estrago que as intempéries. A histórica ausência de planejamento e ações norteadas pela ineficiência e imediatismo político com sua pirotecnia lançaram durante muito tempo as poucas realizações públicas na treva da inoperância e do esquecimento, ao passo que as vidas de milhares de cidadãos brasileiros se degradavam. O discurso secular que sataniza o aspecto ambiental – a seca – persiste na prática política mesmo nas gerações mais recentes, como se o sertão fosse o purgatório do mundo. Bautista Vidal, prefaciando o livro de Manoel Bomfim Ribeiro (2007) ao estabelecer um detalhado panorama da região, compara aspectos pluviométricos dessa região com outras do mundo, especialmente da Europa, e assevera que o problema reside na evaporação da água e distribuição dos períodos de chuva, não na pouca precipitação, como pensa a maioria das pessoas e sugerem certos discursos oficiais. Existem atualmente em instituições acadêmicas, órgãos técnicos dos governos e organizações não governamentais muitas pesquisas sobre estratégias de otimização da água, armazenando e utilizando-a de modo racional, difundindo técnicas e equipamentos, fomentando a convivência equilibrada com o clima. Muitas iniciativas experimentam técnicas e tecnologias deste tipo, e já acumulam resultados positivos, aliando força de vontade, criatividade e persistência, embora geralmente com recursos limitados; estas pesquisas frequentemente se utilizam da experiência do sertanejo para buscar melhoria de vida com equilíbrio e sustentabilidade.

Mas os sucessivos governos brasileiros não pensavam assim. Desde o Império foram escolhidas as ações mais pomposas, teatrais, imediatistas, e por isso ineficazes. As intervenções são desenvolvidas a partir da pressuposta incapacidade do sertanejo de expressar suas ideias, da inutilidade de suas estratégias de convivência com a seca, da inviabilidade de investimentos pró-sustentabilidade.

Na região, chegam a ser anedóticos os “projetos do governo”, na verdade de governos variados, que efetivamente beneficiam alguns intermediários, mas não deixam resultados duradouros. As barragens e reservatórios das áreas de caatinga são um exemplo. Comuns na década de 1980, eram construídos em sistema de “frentes de serviço” que deixavam recursos e saldo político aos atravessadores políticos e logísticos, restando às comunidades obras de planejamento e execução frágeis, indiferentes aos conhecimentos e vontades dos moradores, de modo que muitos não resistiam sequer a um inverno.

A concepção da barragem de Sobradinho segue nesse tom. Distingue-se em tamanho, e conseqüentemente, tempo de execução, gastos, atingidos... mas contempla a mesma lógica do Estado alienígena, que impôs uma empreitada cujo usufruto não contemplava os prejudicados.

O contingente humano e o aparelho técnico a serviço da CHESF na região eram assombrosos e lembravam uma operação de guerra. A maquinaria pesada, os técnicos com seu falar diferenciado, ambigüidades, incertezas e muito discurso são elementos de um universo em transformação, que confundiam e atordoavam a mentalidade dos moradores.

Mesmo com muitas coisas novas aparecendo, enquanto outras tantas iam sumindo, nos relatos emerge a sensação de que as pessoas não acreditavam que aquilo estivesse acontecendo, como se houvesse um instinto a gritar que não era possível o desaparecimento da terra. Que o rio não poderia subir tanto. Que não era verdade.

O caráter extraordinário do processo – sua dimensão e implicações – pode ser uma causa para o anestesiamento inicial que se percebe, quando a população não era protagonista no planejamento e execução das ações.

É necessário, entretanto, ponderar que, embora nos canais formais a população fosse a grosso modo ignorada em suas percepções, na escala local existia uma certa sinergia entre alguns setores que operavam em nome da CHESF e os moradores. Para compreender esta aparente contradição é preciso distinguir algumas das diversas faces da CHESF, desde o ambíguo Eunápio Peltier de Queiroz, ora figurando como planejador humanitário, ora agindo de modo igualmente autoritário em relação às populações, e os técnicos que atuavam na linha de frente, em equipes de engenheiros, assistentes sociais, psicólogos e operacionais. No contato direto com as populações, distinguiram-se por suas ações dois tipos de técnicos, aqueles cuja visão se coadunava com a dos superiores, racional, objetiva e distanciada, e outros que integravam grupos de ação mais social, que, sensibilizados com as condições a que foram submetidos os expropriados, agiam em seu favor e chegavam a confrontar os encarregados, e articulando com habilidade, amenizaram o sofrimento da mudança, conseguindo várias pequenas melhorias, de grande significado naquele contexto.

A ação mais organizada e sistemática em termos de crítica e contestação veio da Igreja Católica e dos sindicatos, que gradualmente elevaram o tom, denunciando precariedades nas novas instalações, abusos de funcionários, descumprimento de compromissos, que deram lugar a várias discussões, algumas delas pela imprensa, e eventualmente alguma conquista era alcançada pelos reivindicantes.

D. José Rodrigues, na época bispo de Juazeiro, levantou-se como voz de crítica e contestação ao processo, denunciando os problemas provocados no percurso:

É o progresso do sistema capitalista, provocando grandes ajuntamentos, 20.000, 30.000 pessoas. Terminada a obra, os técnicos partem para outra e o povo fica na miséria e na fome, porque não houve planejamento para sua absorção ou destinação (Lobo, 1984, p. 81).

Em relação às indenizações, por exemplo, a ação da executora foi diversificada, percebendo-se que em momentos e lugares distintos, não havia o mesmo tipo de postura com o interlocutor, motivo pelo qual até hoje muitos amaldiçoam a CHESF, enquanto outros tantos alegam que a mudança não foi problemática, e há mesmo aqueles que apontam ter melhorado seu padrão de vida com a mudança.

No discurso oficial da CHESF, era preciso aceitar o sacrifício em benefício do progresso. Para o engenheiro chefe do departamento de implantação de reservatórios da CHESF:

O sacrifício imposto à população dificilmente seria recompensado. Ao lado do apego justificado à terra e ao rio, se impunha

uma longa preparação visando à adaptação ao novo habitat. Isto envolveria a reestruturação da atividade econômica predominante e, ao mesmo tempo, a mudança de hábitos e costumes. Seria a passagem de uma agricultura de subsistência para uma atividade agrícola racionalizada pela ligação que, por suas peculiaridades, estaria voltada para o mercado. Seria o desenvolvimento da pesca em escala comercial, exigindo a preparação da mão-de-obra. Seria a capacitação das administrações municipais para operação e manutenção dos equipamentos sociais implantados (CHESF, 1982).

Sobradinho não reestruturou as atividades econômicas no recorte, com agricultura “racionalizada” voltada para o mercado. A pesca em larga escala foi um *boom* incipiente que deixou um rastro de degradação ambiental e miséria. As administrações municipais em nada mudaram por conta de Sobradinho. A mudança dos hábitos e costumes ocorreu de fato, mas não se poderia dizer que tenham melhorado a vida das pessoas, sendo superior aos modos tradicionais de vida anteriores.

Se, como já apontado, as decisões governamentais que orientavam o projeto ignoravam a problemática concreta ou imaterial que as pessoas enfrentariam durante seus deslocamentos, sendo estes apenas efeitos colaterais menores, que se dirá da fauna e da flora, num momento em que o ambientalismo ainda dava passos hesitantes em nosso país. De fato, a visão ecossistêmica era então incipiente, e não havia preocupações de resguarda de espécimes vegetais ou animais, o que efetivamente resultou numa transformação ambiental que sequer pode ser aferida hoje.

Diante da carência de estudos empíricos e dados que atestem a degradação ambiental decorrente da construção da barragem, especula-se a partir do senso comum e da observação, colhidos na intuição daqueles que lidam diretamente com a natureza: pescadores e caatingueiros.

O relato de um então contratado da CHESF, que trabalhou nas operações de patrulha e resgate de animais durante o enchimento do reservatório, em 1978, dá conta de grande quantidade de espécimes, que acuados pela água, instintivamente penduravam-se nas árvores por muito tempo, ilhados à espreita de uma embarcação, tronco, ou algo que fosse a fim de sobreviver. Durante os primeiros meses da cheia do lago, era bastante perigoso para um barco aproximar-se das árvores semi-submersas, dada a grande quantidade de cobras, gatos do mato, raposas e mesmo onças em desespero nos galhos. Supõe-se assim que houve grande quantidade de mortes de animais por afogamento².

A transformação do rio num reservatório de grandes proporções alterou o regime das águas, que antes eram areadas e rápidas, agora lentas ou estanques, com maior decantação, novas configurações de calha, nova composição, tudo isso diretamente ligado à vida dos peixes, suas rotinas e ainda com as relações entre espécies ou proliferação de novas espécies. Efetivamente o pequeno pescador se tornou refém do “atravessador”, o negociante que compra o peixe para revenda em outras localidades, num esquema comercial elaborado, que exige razoável investimento, sendo portanto acessível para poucos, os mesmos que amealham a maior parte do lucro. Entre estes, há ainda os donos de

2 Sr. José Ventura, entrevista concedida ao pesquisador em 25 de outubro de 2008.

embarcações, que possuem todo o equipamento de pesca, e absorvem dos pescadores apenas a mão-de-obra, reduzindo seu valor, tornando-os uma classe hoje bastante empobrecida, situação agravada pela atual escassez de pescado.

Perdeu-se a possibilidade de plantar nas margens férteis naturais do rio, agora submersas, e tornou-se uma aventura plantar na borda que se forma no lago, pois não há cronograma ou sazonalidade de cheia e baixa.

Em março de 1980 foi publicada uma nota da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil, denunciando a calamidade ecológica que a construção da barragem ocasionou na região:

Os problemas que hoje ocorrem na região têm suas causas ligadas, por um lado, ao desmatamento, principalmente nas nascentes e margens dos rios da bacia hidrográfica do São Francisco, o que determinou a erosão dos solos com o conseqüente assoreamento dos rios, ou seja, a diminuição da profundidade de seu leito pelo acúmulo de areia e a diminuição da vazão para 17% da original.

As enchentes destruíram grandes áreas agriculturáveis, principalmente das ilhas fluviais, de grande fertilidade.

O processo tende a agravar-se com a devastação das últimas matas da área através da ocupação rápida da região com tecnologia intensiva de capital.

A tudo isso junta-se outro fato inquietante, ainda não explicado, que é o de extensas áreas agriculturáveis e cidades permanecerem inundadas após haver cessado as chuvas. (BOLETIM CAMINHAR JUNTOS, 1980).

Os deslocados pela construção da barragem, no início dos anos 1980, tinham muito a reclamar, pois muitas promessas não haviam sido cumpridas, e surgiam problemas não previstos ou ignorados pelos planejadores, que afligiam a vida em uma área estranha e, não raro, hostil.

Em maio de 1980, um documento assinado pelos sindicatos de trabalhadores rurais aponta as dificuldades e clama por soluções. Na carta, encaminhada à CHESF e governo, listam-se as promessas não cumpridas:

a) cheques e indenizações não pagas, ou mal pagas, sob falsas medições;

b) As casas não receberam acabamento (reboco), embora tenha sido organizada grande campanha esclarecendo os perigos do barbeiro, que na época proliferava como nunca;

c) Água tratada e chafarizes nas vilas;

d) Ajuda para roça, prometida àqueles que abandonaram o campo, deixando sua atividade, e vieram para a cidade sem nenhuma qualificação ou meio de sobreviver;

e) Casas de farinha, prometidas, mas não entregues, deixando os colonos sem condições de beneficiar a mandioca, obrigados a pagar aluguel de casas de farinha de terceiros;

f) Má distribuição dos lotes, com favorecimento à grilagem;

g) Precariedade das estradas;

h) Falta de prédios públicos: escolas, igrejas, hospitais, falta de cemitérios... (BOLETIM CAMINHAR JUNTOS, 1980).

Algumas poucas reivindicações foram atendidas, mas a grande maioria dos problemas jamais foi contemplada pela executora, relegando as comunidades à sorte, esquecidas e empobrecidas, em nome do progresso.

Em síntese, a partir de tais transformações, em que houve um revolvimento abrupto dos modos de vida, a partir de um projeto público de desenvolvimento, orquestrado pelo Estado a serviço de interesses capitalistas, operaram-se violências diversas, desde o deslocamento compulsório em massa de populações inteiras, a expropriação de terras, o apagamento dos elementos materiais da base de vida e a desterritorialização generalizada.

3. APORTE TEÓRICO

Para possibilitar teoricamente a construção do presente argumento, instrumentalizam-se conceitos das ciências do tempo, do espaço e da sociedade. A já citada ideia de território, na acepção geográfica mais ampla, é aplicada como base para compreender a intimidade do homem com seu chão, numa relação em que, tratando-se do caatingueiro, enraíza-se numa relação de dependência material e da ligação psicológica e ainda transcendental com a terra, o rio, os elementos que o mantêm, que agravam o sentido da desterritorialização operada em função de interesses externos.

O percurso das ideias aqui propostas precede a dissertação de Mestrado *Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: Ganhos e Desenganos* (Silva, 2010), que as condensa, embora pretenda atualizar alguns pontos e amadurecer algumas posições.

Neste sentido, foi adotada principalmente a noção de território proposta por Rogério Haesbaert (2002), na obra *Territórios Alternativos*, que articula a dimensão política e cultural numa sociedade que define seu território, e é por ele definida. O território de um

grupo, seu chão, é sua identidade. Esta identidade territorial é desenvolvida pelos grupos sociais, mas a apropriação e ordenação do espaço são formas de domínio e disciplinação dos indivíduos. Por isso a ênfase no caráter dinâmico do processo de desterritorialização (vinculada à dimensão econômica e política) e reterritorialização (territorialização associada às dimensões política e cultural). As redes associadas com a circulação do capital seriam essencialmente desterritorializadoras, até por terem interesses de desestruturação política.

Complementa-se esta abordagem com o pensamento mais recente de Milton Santos, onde reside, neste caso, a ideia bidimensional de um território – apropriação do espaço – que é físico, concreto, base de produção da vida, e que possui simbolismos que lhe dão sentido. Como ele mesmo explicitou:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 2002, p.10).

Embora se verifique mais alusões à mudança das cidades, que carregam o peso da obra, na dimensão material e simbólica, e catalisam os fluxos das populações, é notório que as populações camponesas, em maior quantidade e área territorial, e à época maior peso econômico, são merecedoras de maior cuidado, da mesma forma que receberam maior pressão du-

rante as mudanças. Este recorte de ruralidade é singular, considerando a experiência por que passou a população, de deslocamento compulsório e realocamentos arbitrários, com todas as consequências imagináveis, que resulta em características peculiares na geração atual e seu modo de vida.

Genericamente, o que se possa conceber como mundo rural é hoje uma dimensão da realidade que passou por enormes transformações, a partir da entrada de novas práticas e concepções que configuram na prática uma concomitância de modos de vida antes opostos, o rural e o urbano. É grande o risco de consolidar um conceito totalizante para os modos de vida não citadinos. A dimensão rural se apresenta hoje como uma caleidoscópica sobreposição de territorialidades e noções de realidade da qual a explicação generalizante não dá conta. A heterogeneidade predomina, inclusive entre os chamados “velho” e “novo” rural, como apontado por José Graziano da Silva (Silva *et al*, 2002, p.64).

O universo deste recorte é enorme, tomando a concepção de Brunet *et al* (1992) apud Teixeira et al (1997) que amplificam o rural para aquilo que é agrícola e não-agrícola: população, *habitat*, espaço, o que dialoga com a ideia de territorialidade já exposta.

Ou ainda a distinção de Wanderley (2001), que identifica o rural para além do aspecto localizacional, conceituando-o como:

Um modo particular de utilização do espaço e de vida social. (...) entendido ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar

de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade) (Wanderley, 2001, p.01).

De modo que estes espaços e modos de vida não se limitam facilmente às compartimentações convencionais, sendo variáveis e flexíveis, mas intrinsecamente ligados à sua base material, como expôs Abramovay (2000, p.07):

Ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial e o mesmo se aplica à noção de urbano. As cidades não são definidas pela indústria nem o campo pela agricultura (...). Ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-la por seu caráter agrícola. Há evidências de que os domicílios rurais (agrícolas e não agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura.

Mas evidentemente o resultado destas transformações, que em sua maioria compõem um fenômeno relativamente recente, é observável, e seus processos podem ser analisados na maioria dos casos. O mundo rural de hoje agrega rupturas e permanências que são gerais e pertinentes à expansão das práticas do capitalismo, às mudanças dos fluxos econômicos, às inovações da técnica, aos novos padrões sociais. Este conjunto de elementos é concreto, visível e universal, mas a busca por peculiaridades em recortes específicos resguarda lições que em muito podem contribuir para a compreensão do nosso tempo. Considerada a mudança

em sua inevitabilidade, e assumindo que os fins geralmente atendem às necessidades capitalistas, resta o questionamento e o protesto em relação ao modo como são impostas as transformações nos modos de vida daqueles que mais perdem no processo.

4. O QUE FICOU DAS ÁGUAS

Pode o capitalismo transformar uma realidade de modo que não fortaleça suas próprias estruturas?

Parece equilibrado dizer que nem os “modernizantes” nem os “modernizados” tinham consciência de suas posições históricas, pois os primeiros não discerniam os interesses e o sentido de suas ações, e os segundos não dimensionavam sua perda e a possibilidade de mobilização e diálogo. A perspectiva do embate de classes em meio à reestruturação dos meios produtivos não parecia evidente.

Há exceções. Muitos técnicos contratados pela CHESF (principalmente as chamadas equipes sociais³) tinham outra visão e outra agenda, preocupando-se com os aspectos humanos e sociais dos expropriados, e chegaram a obter algumas conquistas.

Isto também condiz com a diminuição do Estado diante das forças do capitalismo, em que os direitos dos cidadãos não são ouvidos diante das prioridades governamentais, como ressalta Rodrigues (1957, p.115). A sustentabilidade foi relegada a um segundo plano, junto com a sustentabilidade social, num processo global e aparentemente irreversível.

É delicado analisar hoje as ideias que moveram o projeto, num contexto tão diverso do atual, desde a primeira menção legal ao assunto, ainda na Constituição de 1946, até seus desenvolvimentos finais, já nos anos 1980. Muita coisa mudou no mundo, no Brasil, e nas ideias da própria CHESF. A crise do petróleo, que tanto animou o setor hidrelétrico nos anos 1970, não levou ao fim do mundo como se pensava, cessando em menos de uma década. Os governos ditatoriais entregaram o poder político, conduzido agora por interesses empresariais que orquestram os acontecimentos na política nacional. Os movimentos sociais conseguiram avançar, produzir espaços de diálogo, resistências, e mesmo conquistas expressivas.

É preciso um esforço de compreensão para perceber aspectos que emolduram os empreendimentos da época, ao invés da simples e precipitada demonização da CHESF. Não parece razoável crer que um governo – mesmo o militar – concebesse uma operação de tamanha proporção para o mal de sua população, ou que a CHESF por algum motivo tivesse intenções malignas premeditadas ao lidar com a região. Como lembra Andrade (1983, p. 6):

Ninguém pode, em sã consciência, condenar a atitude do Governo Federal fazendo construir essas grandes usinas hidrelétricas, mas devemos lembrar que, ao lado das vantagens produzidas pelas mesmas, ocorreram problemas da maior seriedade, para a população pobre que vivia na região.

Alguns costumes mudaram, não relacionados com Sobradinho, mas ao próprio desen-

³ Segundo Duque (1980) que vivenciou todo o processo, nas equipes sociais precisa incluir agrônomos, técnicos agrícolas, arquitetos, engenheiros, a maioria deles muito dedicados ao serviço da população.

volvimento geral, como a introdução de algumas novas técnicas de produção implantadas na agricultura, na pesca, na pecuária e na pequena produção, produziram um gradual enquadramento da força de trabalho local à adoção de normas, horários, uso da legislação trabalhista, que posteriormente deram aos trabalhadores, mesmo no campo, um aspecto semelhante ao de grandes cidades, no processo de homogeneização que é comum no sistema capitalista. A adoção do relógio de pulso, por exemplo, teve seu maior crescimento na região durante aquele período, representando uma ruptura na relação dos camponeses com o tempo.

Os falares mudaram, se adequando aos novos moradores que chegavam, e com eles toda uma cultura, que não é local, nem de lugar algum, mas um hibridismo que passou a moldar a mentalidade local nos moldes contemporâneos, esmaecendo a peculiaridade da cultura tradicional.

Os resultados deste encontro são efetivamente profundos e irreversíveis, anunciados previamente como “tudo em nome do progresso”, o lema que a CHESF difundia entre os atingidos, que foram submetidos ao conceito, e à sua forma adequados.

Enxerga-se a transformação da vida, a reconstrução das experiências, o lidar com o apagamento da memória e os sentimentos, mas não se pode perder de vista que no fenômeno há o ponto mais imediato, que foi a transformação da base física sobre a qual ocorriam as atividades de subsistência, os arranjos sociais e a formação do indivíduo. Um movimento radical como este implica em conflitos diversos, que devem ser explicitados, para evitar o apagamento, e a falsa ideia de uma realidade pacífica e homogênea como a superfície do lago de Sobradinho.

E é de fato impossível esquecer que no universo rural da região persistem as desigualdades, a limitação no acesso a crédito, a violência, as dificuldades em implantar novas técnicas e tecnologias para o convívio com o semiárido, e a dificuldade de articulação social.

É relevante que, embora o interesse capitalista tenha sido o motor das transformações ocorridas no entorno do lago de Sobradinho, e todo o discurso modernizando que o acompanhou tenha tido êxito em consolidar a imagem do Vale do São Francisco como modelo de desenvolvimento regional, efetivada com a instalação de uma área de interesse para o agro-negócio centralizada no bipolo Juazeiro-Petrolina, nem o discurso nem a transformação alcançaram os municípios do “fundo” da micro região, parte de Casa Nova, Sento Sé, Remanso e Pilão Arcado, justamente aqueles que margeiam o lago e que mais foram atingidos durante a construção da barragem.

O esquecimento estatal não foi casual, mas resultado de uma política de concentrar esforços em uma área, em detrimento de outra. Na prática, perpetua-se o costume brasileiro do trato desigual, visto durante os deslocamentos compulsórios nos anos 1970, quando se efetivou o conceito de “cidadão de segunda categoria” mencionado por Rubens Siqueira (1992), e nas duas décadas seguintes, quando se aplicou a noção de “municípios de segunda categoria”.

O absenteísmo estatal, alternado com políticas públicas ineficientes, até aproximadamente o final dos anos 1990, provocou um lapso de desenvolvimento naqueles municípios, evidenciado na disparidade da presença estatal nas várias partes da região. Investimentos e ações públicas que impulsionaram o bipolo fi-

caram restritos à sua área. O tradicional discurso do combate à seca e à pobreza foi mote para embustes que visavam empreguismo, favorecimento de aliados e fortalecimento das redes de mandonismo locais. A resistência das antigas formas de troca de favores, aquela arcaica “política dos governadores” foi um entrave para o desenvolvimento regional, interesse de antigos grupos políticos nativos e conveniência para o projeto maior do Estado da Bahia.

Pelo lado da iniciativa privada, o fomento à instalação de projetos agrícolas, indústrias e toda economia indireta envolvida foi decisivo para o crescimento de Juazeiro e Petrolina, inclusive com o intenso uso do *marketing* para a atração de investimentos, criando um ciclo virtuoso de desenvolvimento. O agronegócio, não obstante toda a problemática que agrega, trouxe consigo mudanças – oferta de emprego, primariamente – que são consideradas positivas no cômputo geral e que fazem as populações e lideranças das demais cidades desejarem intensamente os projetos de irrigação e outras empresas agrícolas de Petrolina e Juazeiro. Supostamente por razões de logística e outras dificuldades técnicas, as empresas agrícolas não se interessaram pelos municípios do “fundo” do Vale (Campo Alegre de Lourdes, Pilão Arcado, Remanso e Sento Sé), aumentando o vácuo das atividades produtivas da região, já que as atividades tradicionais historicamente praticadas pelas populações rurais foram extremamente prejudicadas com o deslocamento compulsório e expropriações de terra.

Aos mais abastados coube o aumento da área de terras, o acesso à borda do lago de Sobradinho, a prática da pecuária, e as possibilidades de crédito junto aos bancos e órgãos de

fomento, facilitados pelos contatos políticos nas instâncias superiores. Os mais pobres perderam a possibilidade de manutenção dos seus modos de vida, a sua terra e as poucas benfeitorias não indenizadas, as redes de relacionamento por vizinhança, a territorialidade e a segurança que dava perspectiva de futuro.

Neste cenário, a maior das batalhas travadas foi promovida por instituições de diferentes cunhos em favor do protagonismo social das comunidades, sobretudo as rurais, batalha iniciada ainda no processo da construção da barragem, pela Igreja Católica, que teve papel preponderante na resistência aos excessos praticados pelos prepostos da CHESF, e à época obteve importantes vitórias em favor das comunidades da região. Posteriormente, várias entidades se esforçaram neste sentido, a exemplo da Articulação do Semiárido - ASA, Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais - SASOP, Comissão Pastoral da Terra - CPT, Associações de Moradores, e iniciativas mais isoladas de outras instituições e pessoas interessadas na articulação social e formação daquelas comunidades. O sucesso em incorporar novas noções de organização social, convivência com a natureza, modos de produção, e a própria inserção das pessoas nos novos modos de vida serão cada vez mais determinantes para o futuro destas comunidades.

É neste campo de batalha que se definirá o futuro da ruralidade regional. A redefinição da identidade camponesa é um pressuposto para os avanços que farão o campo persistir e progredir. A resistência dos camponeses a novos conceitos é conhecida e de difícil superação. São pessoas que herdaram das gerações anteriores o medo da força coercitiva dos antigos do-

nos do poder, e os preconceitos no discurso da predisposição à subserviência, a demonização da seca, a recusa pela educação formal, a desconfiança com o novo, e viram o poder do Estado em dismantelar a ordem das coisas de modo abrupto e incontestável. Romper com esta mentalidade é um processo lento e difícil, que está em andamento, principalmente através da informação e da educação formal, que aos poucos fazem as novas gerações um pouco mais cientes da sua própria cidadania e da sua força social.

Em relação à política de construção de barragens, passadas mais de quatro décadas, pouca coisa mudou, haja vista o exemplo de Belo Monte, o mais notório nos tempos recentes, que em comparação com Sobradinho revela as mesmas motivações capitalistas, a falta de diálogo com as populações ou com seus representantes institucionais, já que o instrumental do Poder Judiciário é suplantado pelo imperativo da determinação do Poder Executivo, e o Poder Legislativo não participa das discussões, em uma ausência conveniente embora vexatória. Mesmo o aparato da legislação e do ativismo ambiental, fortalecido nas últimas décadas, consegue na melhor das hipóteses, amenizar as agressões ecológicas e retardar a implantação das obras.

As discussões em torno das reparações continuam intensas a cada novo projeto, já que governantes e executores insistem em supervalorizar a obra e seus benefícios, com a resultante depreciação dos moradores, suas propriedades e suas vidas.

Percebe-se ainda que apesar de toda a informação e de todo o aparato legal, e mesmo o grau de apoio que os movimentos sociais recebem, persiste uma situação em que não se consegue organização popular e força de resis-

tência para deter os novos projetos, geralmente impostos pelo Governo Federal, de discurso esquerdista e anticapitalista.

Por conclusão, chega-se a três pontos:

Primeiro, a desterritorialização – com o apagamento de todas as referências físicas e psicológicas e a construção de um novo modo de vida - atingiu todos, ricos e pobres. Mas os ricos fazendeiros tinham capital para se reorganizar, e o fizeram entre outros abrindo lojas de construção. Assim os grupos mandatários oportunizaram as mudanças para manutenção das configurações de poder à sua conveniência, de modo que as estruturas sociais permaneceram, com as oligarquias agora de posse de novos trunfos e as classes trabalhadoras enfraquecidas pelas perdas e humilhações.

Segundo, a violência do processo e sua pressa precipitaram o curso de um modelo de desenvolvimento imposto a partir de valores exógenos e à custa da marginalização dos saberes tradicionais dos povos da região.

Terceiro, apesar de toda a riqueza gerada a partir do negócio da energia elétrica, oriundo de recursos naturais e à custa de alto preço das populações locais, não houve retorno concreto para os vitimados pela obra.

De modo que há uma nova ruralidade, um novo arranjo social e novas atividades produtivas, além de todas as transformações simbólicas, mas é temerário comparar este rural com outros recortes, onde houve tempo, mediação, e menor truculência do sistema e do Estado.

Ainda assim, há sinais alvissareiros, nenhum associado a Sobradinho. O acesso da atual geração à leitura e ao conhecimento a diferencia enormemente dos seus pais, que testemunharam os eventos decorrentes de Sobradi-

nho com pouca informação e compreensão do processo. A chegada de novas tecnologias de comunicação (televisores, celular, internet) somada ao incremento educacional das novas gerações são elementos importantes para a transformação da realidade e melhoria das condições de vida e produtividade. O surgimento de legislações e arranjos institucionais como Área de Proteção Ambiental do Lago de Sobradinho, Territórios de Identidade, Territórios de Cultura, entre vários outros, promove a articulação social e o diálogo interno e externo. O fortalecimento das atividades econômicas rurais diversificadas e novos arranjos produtivos além de novas ações governamentais de incremento de renda abrem novas possibilidades de melhoria de vida.

A soma destes fatores com os esforços de instituições como as citadas abrem espaço para a esperança, fortalecida pelas constatações de transformações positivas já operadas, e pelo enorme potencial visto nos mais jovens, que com o aporte do conhecimento formal e a riqueza do repertório cultural do seu povo poderão construir um novo modelo de vivência que equilibre a harmonia natural e a inserção em sistemas produtivos eficientes, justos e sustentáveis.

Trabalho recebido em 11/03/2013

Aprovado para publicação em 22/02/2015

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. *Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. In: Inter-relações entre as transformações demográficas e agenda social. São Paulo, Rio de Janeiro: FEA PROCAM/USP, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Tradição e Mudança: a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do submédio São Francisco*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

BOLETIM CAMINHAR JUNTOS. [Publicação bimestral da Diocese de Juazeiro, Bahia – 1975-1983]. Números 22-32. Juazeiro-BA. 1980.

CHESF. *Sobradinho: novos horizontes para o sertanejo*. VEJA. São Paulo, n° 637, 30/06/1982. pp. 112-113.

DUQUÉ, G. *Casa Nova: interventions du pouvoir et stratégies paysannes; un municipe du sertao bahiano, à l'heure de la modernisation*. Tese de doutorado de 3o. ciclo, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Paris, 1980.

ESTRELA, Ely Souza. *Três felicidades e um desengano: A experiência dos beraderos de Sobradinho em Serra do Ramalho-BA*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Fevereiro de 2004.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. Niterói: Contexto, 2002.

LOBO, Luiz. *Nordestinos*. Rio de Janeiro: Editora Rio Gráfica Ltda, 1984.

PEREIRA, Rosa Maria Viana. *O papel da Igreja na resistência camponesa de Sobradinho*. 1987. 121 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

RIBEIRO, Manoel Bomfim. *A potencialidade do semi-árido brasileiro*. Brasília: Qualidade, 2007.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: Introdução metodológica*. Vol.1. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Editora Record, 2001.

SANTOS, M. *Território e Dinheiro*. In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. *Território, Territórios*. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. 2002.

SILVA, Edcarlos Mendes da. *Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: ganhos e desenganos*, 2010. 320f. : il. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SILVA, J. Graziano da; GROSSI, M. E. del; CAMPANHOLA, C. *O que há de realmente novo no rural brasileiro*. Cadernos de Ciências e Tecnologia, Brasília, v. 19, n. 1, p. 37-67, 2002.

SIQUEIRA, Ruben. *Do que as águas não cobriram – um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela barragem de Sobradinho*. João Pessoa, UFPB / Mestrado de Ciências Sociais, 1992, p. 50, (mimeo).

TEIXEIRA, M. A., LAGES, U.N. *Transformações no espaço rural e a Geografia rural: ideias para discussão*. Revista de Geografia. Universidade Estadual Paulista/UNESP. São Paulo: Ed. da UNESP, v.14, 1997.

WANDERLEY, M. de N. B. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo*. Inédito: Recife, 2001.